

A IMPRENSA A SERVIÇO DO GOLPE: O AI-5 NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE (1968-1979)¹

GREYCE FALCÃO DO NASCIMENTO²

RESUMO:

No debate atual sobre a relação entre a História e *memória*, defende-se que essa ciência não é só construída pela ação de indivíduos em situações específicas como também por aqueles que escreveram essas ações e dão significados a elas. Diante de inúmeras tentativas de revisar o período da ditadura militar no Brasil e reconstruir o seu significado, é importante relembrar o papel, muitas vezes decisivo, que a mídia desempenhou na preparação e sustentação do golpe civil-militar, constituindo-se como um dos saberes instituídos que operaram reproduzindo a noção de Segurança Nacional, base ideológica do governo militar.

Assim, este trabalho traz à luz o papel da revista Manchete, uma das publicações semanais de maior alcance em nosso país, em sua forma de divulgar e discutir o AI-5 e suas consequências para o Brasil. Como se sabe, em dezembro de 1968 era promulgado o Ato Institucional Nº 5, que concentrava uma grande soma de poderes nas mãos do Presidente da República. Num clima de tensão nacional, prisões e cassações que atingiam milhares de cidadãos em todo o país, boa parte da imprensa brasileira dedicava-se a cobrir temas como as corridas de Fórmula 1, a conquista do espaço ou a vida conturbada das celebridades. Dentre os motivos estão a censura vigente, ou mesmo os interesses de quem detinha os meios de comunicação, ficando o debate político em segundo plano. Nesse contexto analisamos o trabalho da revista Manchete, que procurava sempre abster-se de divulgar fatos que de alguma forma polemizasse a imagem do governo ditatorial.

Palavras-chave: revista; ditadura; imprensa; manchete; discurso.

1 Trabalho apresentado no GT de Mídia Impressa, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 Greyce Falcão do Nascimento. Jornalista. Historiadora. Especialista em História do Século XX. Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco.
. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4298035T4>

Nos últimos anos, multiplicaram-se os estudos dedicados ao período em que o Brasil viveu um regime ditatorial. Esse interesse tem contribuído para ampliação das temáticas analisadas, com destaque para as imprensas censuradas, dentre esses trabalhos podemos citar alguns sobre a Revista Veja, magazine que teve circulação nacional e que, de um modo geral, não apoiou a ditadura³.

Diante de inúmeras tentativas de discutir o papel da imprensa no âmbito da sociedade, principalmente durante o regime militar brasileiro, é importante revisar a atuação do jornalismo. Essa esfera social poderosa agiu de forma decisiva, em alguns momentos, na preparação e sustentação do golpe, colocando-se como um dos saberes instituídos que operaram reproduzindo a noção de Segurança Nacional, base ideológica do governo⁴.

Segundo René Armand Dreifuss⁵, para que o regime ditatorial fosse implantado no Brasil, o golpe civil-militar de 1964 foi articulado por forças civis e militares representadas por diversos segmentos da sociedade. É importante ressaltar que a adesão da maioria da classe média brasileira deu suporte e legitimidade ao sistema repressor, tendo em vista a profusão dos discursos do “perigo comunista” e da “ameaça de subversão da ordem”, alimentando o imaginário do medo. O autor ressalta ainda, que:

Vale lembrar, contudo, que parte da sociedade civil referendou as trevas que desmoronaram sobre o cenário político brasileiro, apoio esse manifesto também, não só, nas marchas da Família com Deus e pela Liberdade. Parte desse apoio esteve estampado nos jornais, em editoriais, às vésperas do 31 de março de 1964⁵.

³ SILVEIRA, Caren Santos da. *Aspectos da organicidade entre formas discursivas de oposição veiculadas na revista Veja nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Ver também: GAZZOTTI, Juliana. *A revista Veja e os governos militares 1968 - 1985*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1998.

⁴ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 27. Ver também: MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda política: A revista Manchete durante o governo Médici*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1999, p.20.

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Nesse contexto, a imprensa foi parte integrante da complexa e eficiente rede de informações que serviu como pilar de sustentação do sistema autoritário. Para a cooptação das camadas médias urbanas, houve um trabalho sistemático promovido pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), órgão pertencente ao governo, pela imprensa, propaganda, cinema e televisão. De modo geral, os meios de comunicação assumiram a tarefa de adequar o público ao *status quo* social e político defendido pelos militares⁶.

Além desses aspectos analisados, salientamos também a escassez de trabalhos historiográficos sobre a Revista Manchete, um importante periódico de intensa circulação e visibilidade social. Segundo o livro *Aconteceu na Manchete – As histórias que ninguém contou*⁷ o semanário circulou no país entre os anos de 1952 e 2000 pela Bloch Editores. Posteriormente, o mesmo nome foi dado à emissora de televisão, a já extinta Rede Manchete de TV. Após a morte de seu fundador, Adolpho Bloch, em 1995, a empresa entrou em decadência, até ser decretada a falência de um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina. A revista foi arrematada em leilão em 2000 pelo empresário Marcos Dvoskin que resolveu relançá-la em 2002 com edições especiais sem periodicidade fixa, como os números que enfocavam o Carnaval.

Inspirada na Paris Match e utilizando-se do fotojornalismo como principal forma de linguagem, a revista trazia uma concepção moderna de ilustração. Manchete foi o semanário mais vendido no país durante as décadas de 1950 e 1960. Em 1967, a revista chegou a vender mais de dez milhões de exemplares. No entanto o recorde histórico de vendas foi alcançado em 1980, com a visita ao Brasil do papa João Paulo II. Foram 11.577.120 exemplares vendidos.

Nesse contexto de grande popularidade da revista nas décadas de 1960 e 1970, era promulgado em dezembro de 1968 o Ato Institucional Nº 5⁸, que concentrava uma grande soma de poderes nas mãos do Presidente da República. O Ato teve um importante papel no “endurecimento” do regime e no cerceamento das liberdades democráticas do povo brasileiro, marcado por um período de censura, perseguições, prisões e torturas, na cena social e política no Brasil.

⁶MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda política: A revista Manchete durante o*

governo Médici. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1999, p.8. Ver também: SKIDMORE, T.E. *Brasil: de Castelo a Tancredo - 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

⁷GONÇALVES, José Esmeraldo. Barros, J. A. *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

⁸A assinatura do Ato Institucional N°5 foi o auge da crise política iniciada com um discurso pronunciado pelo deputado Márcio Moreira Alves, que na Tribuna da Câmara, no dia 29 de Agosto de 1968, convocava o povo brasileiro a não comparecer ao desfile do Dia da Pátria e às moças a não dançarem com os cadetes nos bailes da independência.

De acordo com Gaspari:

As emissoras de televisão, as rádios e as redações de jornais foram ocupadas por censores recrutados na polícia e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Pela primeira vez desde 1937 e pela quinta vez na história do Brasil, o Congresso era fechado por tempo indeterminado. O Ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964⁹.

O conteúdo de alguns textos jornalísticos da época evidenciam elementos de colaboração e conivência explícita em parcelas da imprensa àquele regime. Além disso, havia uma recomendação do governo aos meios de comunicação para que não falassem sobre a existência da censura, principalmente nos jornais e revistas.

É importante levaremos em consideração que nem todos os jornalistas fizeram do seu ofício um ato de resistência ao autoritarismo. Da mesma forma que sabemos da existência de jornalistas e de donos de veículos que colaboraram com o regime. Nem todos colaboraram da mesma forma que nem todos se opuseram. Um dos intuitos deste trabalho é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, ante a imposição autoritária¹⁰.

Segundo Maria Aparecida Aquino, o conceito de “grande imprensa” refere-se aos veículos de comunicação que mantinham uma distribuição nacional e por vezes com uma abrangência internacional, cuja circulação poderia ser diária, semanal ou mensal e que possuíam um alto financiamento publicitário do qual dependia a sua sobrevivência¹¹. Podemos citar como parte da “grande imprensa” da época, as revistas *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Veja*, além de jornais como *O Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias* e *A Última Hora*.

Dessa forma, acreditamos ser necessário que haja um estudo significativo sobre o papel desempenhado pela *Revista Manchete*, um veículo que exerceu grande influência e fez parte da história da sociedade brasileira. O nosso trabalho pretende

problematizar o posicionamento político durante a ditadura civil-militar, como noticiou o cenário político e social para a sociedade.

⁹GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 341. Ver também: CHIAVENATO, José Júlio. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

¹⁰KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 27.

¹¹AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

A escolha do recorte temporal deveu-se ao fato de ter sido esse o período de vigência do AI-5, uma medida legal que influenciou significativamente o cenário vigente, devido às suas ações coercitivas.

No período estudado, através do poder de escrita dos jornalistas, e do alcance dos diversos veículos de comunicação, estabeleceu-se um combate ideológico entre diferentes segmentos da sociedade. A informação foi tomada como referência na elaboração do discurso, passando a ter uma forte influência ao longo do regime.

Conforme Marcília Gama, em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos¹¹. Assim, nos governos militares, foram selecionados e emitidos discursos que buscavam legitimar o sistema e controlar a sociedade. Além da construção negativa da imagem dos sujeitos que se voltavam contra as ações do governo, buscava-se eliminar qualquer discurso que se contrapusesse aos militares e à ordem social.

Ao examinarmos o conteúdo da Manchete da época, percebemos que o trabalho da revista consistiu, principalmente, na apreensão e disseminação de notícias que visavam persuadir o leitor da necessidade de instalação de um governo forte, associando-o ao desenvolvimento econômico prometido pelos militares. Além de omitir casos de tortura, perseguição, ou manifestações contrárias ao governo.

Durante o regime militar, houve uma grande preocupação com o chamado setor de informações, que incluía todos os veículos de mídias do período, objetivando

vigilância e possíveis punições para qualquer tentativa de “subversão”¹². O controle das informações a serem divulgadas buscava preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação do que estava acontecendo na realidade. Nesse período, que compreende de 1968 a 1978, a imprensa brasileira vivenciou vários papéis. Assim:

¹¹ SILVA, Marcília Gama da. Informação, *Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) - UFPE, Recife, 2007.

¹² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 41.

Uma reflexão sobre os diversos papéis desempenhados por parte da grande imprensa na ditadura civil-militar, em especial no pós-1968, demonstra uma estreita relação entre alguns jornalistas e policiais como igualmente desvenda uma série de esquemas da direção das empresas com os órgãos de governo para aceitar a autocensura¹³.

Não se pode considerar a grande imprensa brasileira do período sob uma única ótica, no que tange à resistência aos ataques à liberdade de expressão. Observamos que a revista *Manchete* esquivou-se muitas vezes de comentar a situação delicada em que o país se encontrava. Além de contribuir com a construção negativa da imagem dos sujeitos que se voltavam contra o governo, buscando eliminar qualquer fala que se contrapusesse aos militares e à ordem social¹⁴.

Os profissionais da comunicação que pertenciam aos quadros da imprensa citada nesse trabalho podem ser qualificados na leitura de Gramsci, como sendo pertencentes à categorias de “intelectuais”¹⁵. Segundo esse autor, os intelectuais pertencem a uma categoria social, a que ele chama de “agentes da superestrutura” e atuariam, portanto, no “vínculo orgânico” da relação entre as forças produtivas e a superestrutura ideológica e política da sociedade. Partimos de uma perspectiva fundada no marxismo e nos conceitos de Antonio Gramsci a fim de destacar a interação entre diferentes aspectos que, unidos por um sentido discursivo, estabeleceriam a direção de um consenso. Nesse sentido destacamos o papel dos intelectuais enquanto o grupo que cria,

sistematiza e difunde uma determinada concepção de mundo.

Para Gramsci¹⁶, os intelectuais são figuras que tanto podem agir para a transformação da sociedade quanto para a sua reprodução, já que desempenham o papel de mediadores ou construtores de mediações, inviabilizando assim uma compreensão mecânica e imediata entre infra e superestrutura.

¹³KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 30.

¹⁴MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda política: A revista Manchete durante o governo Médici*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1999, p.160. Ver também: GONÇALVES, José Esmeraldo. Barros, J. A. *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

¹⁵AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999, p.22

¹⁶COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre. L&PM Editores, 1981, p.228.

Dos trabalhos que fazem uma análise sobre a imprensa brasileira durante o regime militar, podemos destacar a obra de Beatriz Kushnir¹⁷, *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*.

Nessa obra, a autora trata da censura, no entanto não repete o ponto de vista dos censurados, mas busca compreender as ações daqueles que agiram enquanto censores. Ela trata da censura e de seu poder insidioso de negar a palavra, mas também de conquistar corações e mentes. De pessoas que se tornaram dóceis instrumentos do poder, que não admitiam nem a crítica nem a discordância. Nesse contexto, ela destaca os jornalistas e os veículos que contribuíram diretamente com a censura e com a manutenção do estado autoritário.

A obra *Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete durante o governo Médici*¹⁸, de Ricardo Constante Martins, traz uma compreensão do periódico enquanto instrumento utilizado pelo governo para contribuir com seus projetos de crescimento da indústria capitalista em concomitância com a repressão política e social do período. O autor ainda faz uma comparação com as revistas *Veja* e *Visão*, apontando assim divergências entre os três veículos.

Nesse contexto, é importante perceber a análises de outro importante periódico

da época. Na dissertação *Aspectos de organicidade entre formas discursivas de oposição veiculadas na revista Veja nos anos 80*¹⁹, Caren Santos da Siveira analisa a mudança de comportamento operada na revista em torno do processo de transição democrática no Brasil. Segundo a autora, mesmo com todos os benefícios proporcionados pelo desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, promovido pelos militares, ainda que a revista demonstrasse uma postura favorável às políticas econômicas do regime, a mesma não omitiu nem silenciou sua postura em relação à censura, à falta de democracia, à violência e à prática de tortura. Nesse contexto, percebemos uma clara diferença nas posturas das revistas *Veja* e *Manchete*, principalmente no que diz respeito à censura, pois a *Manchete* não teve censores em sua redação nem teve nenhuma de suas matérias “cortadas” por agentes do governo.

¹⁷KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2011

¹⁸MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o governo Médici*. 1999. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

¹⁹SILVEIRA, Caren Santos da. *Aspectos da organicidade entre formas discursivas de oposição veiculadas na revista Veja nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003

Em *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares*²⁰, Juliana Gazzotti analisou como a revista comportava-se diante das sucessões presidenciais, que sempre provocavam crises internas e contestações da oposição. A autora concluiu que a revista manteve seu posicionamento a favor dos candidatos do governo, só mudando a sua posição quando o candidato oposicionista recebia apoio dos dissidentes do partido do governo.

Essas análises demonstram que a revista *Veja* incentivava as mudanças, desde que feitas por políticos ditos liberais, mas, ao mesmo tempo, conservadores. A abertura política deveria ser feita então pelo governo e dentro da ordem. Percebe-se então um temor de que as classes populares ou políticos de esquerda pudessem ter um papel de maior relevância na política e nas decisões do país naquele momento.

Em *Aconteceu Virou Manchete - as histórias que ninguém contou*²¹, José Esmeraldo Gonçalves e J. A. Barros trazem uma coletânea de artigos escritos por ex-funcionários da revista *Manchete*. Um dos poucos livros lançados sobre a revista até o momento, nele encontramos depoimentos que falam sobre o trabalho diário, o processo

de produção das reportagens, a postura do proprietário da revista Adolpho Bloch e as coberturas políticas nos mais de cinquenta anos de duração do periódico.

Todas essas obras são relevantes para tessitura da trama historiográfica que aponta para uma análise da revista *Manchete* enquanto órgão de comunicação que contribuía diretamente para a manutenção do regime autoritário. Além disso, pudemos perceber a escassez de trabalhos historiográficos acerca do tema.

Por sua vez, o historiador José Honório Rodrigues²² aponta que é preciso muita atenção ao trabalhar com a imprensa, pois nem sempre a independência e a exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizando, muitas vezes, uma mistura do imparcial com o tendencioso, do certo e do falso. É preciso ainda, atentar para influências externas, como a publicidade, a pressão exercida pelo governo, as fontes de informação utilizadas pelo veículo, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas e financeiras.

²⁰ GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares*. São Carlos: UFSCar, 1998. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 1998.

²¹ GONÇALVES, José Esmeraldo. Barros, J. A. *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

²² RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

Por isso, se faz necessário o uso do estudo da mensagem visando identificar o pensamento do emissor, sua intencionalidade e quais significações fornecem ao leitor. Utilizamos a análise textual discursiva como forma de entender o universo midiático e suas performances textuais através das quais manifestam suas ideias e ideologias. Além das palavras, fazemos também uso das imagens, recurso amplamente utilizado pela revista *Manchete*, principalmente quando tratava-se das matérias de política.

(...) toda imagem é polissêmica, fruto de intenções, seleções e técnicas que juntas, possibilitam construir simulacros da realidade retratada²³.

Além da possibilidade de registrar eventos, a fotografia pode ser útil para a inteligibilidade das relações cotidianas, de controle social e de resistências. Cabe ao

historiador identificá-las, indagá-las e, a partir daí, encontrar respostas, até mesmo as silenciadas para então compreendê-las, assim como nos demais documentos históricos.

Segundo Eduardo Paiva (2004:17), “a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser aprendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou ver”.

As imagens referentes ao período histórico estudado são registros e olhares sobre a ditadura militar. Esses registros variarão de acordo com: a autoria, o tempo vigente, o espaço e com o próprio perfil da documentação (revista ilustrada, que fazia intenso uso de imagens).

Ao trabalharmos com periódicos, optamos pela análise textual discursiva como forma de tentar entender o universo midiático e suas performances textuais através das quais manifestam suas ideias e ideologias²⁴. Isso porque todo discurso traz dentro de si uma ideologia pré-concebida. Mesmo que este processo seja inconsciente à matéria a ser publicada, pois a subjetividade é inerente ao ser humano.

²³ LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impresas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo, São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.19.

Num estilo próprio, a revista apropriou-se da linguagem e do discurso do fotojornalismo. As fotografias ocupavam em média 70% das páginas nas reportagens e muitas vezes páginas inteiras. A linguagem dos textos era quase poética e se inspirava na fotografia principal da matéria. Folheando um exemplar da *Manchete*, mesmo os mais leigos eram capazes de apreender informações sobre temas diversos, como o Sputnik, a criação da Petrobrás, a bomba atômica, a morte de Getúlio Vargas, etc. Um dos trunfos da revista eram suas grandes coberturas em cores, numa época em que a televisão ainda era em preto e branco, pelo menos até 1974.

No quadro de jornalistas da revista *Manchete*, notamos a presença de grandes

nomes do jornalismo brasileiro. Carlos Heitor Cony é um desses nomes. Jornalista que inicialmente apoiou o golpe de 1964, Cony foi preso logo após o AI-5 por mudar sua posição política. Trabalhou na revista de 1968 até 1992. Outro nome importante é o de Murilo Melo Filho. O jornalista comandou durante quarenta anos uma coluna na revista Manchete denominada “Posto de escuta”, onde trazia notícias curtas do mundo da política, além de regularmente escrever reportagens sobre o assunto. Ambos profissionais fazem parte da Academia Brasileira de Letras. Já Arnaldo Niskier trabalhou 37 anos nas empresas Bloch, onde foi chefe de reportagem, diretor de jornalismo e o responsável pela criação de um estilo próprio da fotonovela brasileira. Recentemente lançou o livro *Memórias de um Sobrevivente – A verdadeira história da ascensão e queda da Manchete*, onde fala das experiências que vivenciou na redação da revista.

A mídia impressa brasileira, representada especificamente pela Revista Manchete apropriou-se de um discurso para exercer influência e poder sobre a sociedade. Além da tentativa de construir positivamente com o seu discurso para uma boa imagem do Regime Militar brasileiro, o veículo analisado, demonstra através de sua editoria, seu posicionamento político em relação aos acontecimentos em questão.

Dessa forma, podemos verificar que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos.

A Revista Manchete esquivou-se muitas vezes de comentar a situação delicada em que o país se encontrava. Algumas edições omitiam completamente qualquer notícia, matéria ou reportagem que trouxesse algum conteúdo político. Nas poucas vezes em que a revista abriu este espaço, saiu em defesa do Regime Militar brasileiro, procurando legitimar suas ações, inclusive o Ato Institucional Nº 5. Diante disso, constatamos que a revista, devido à censura e/ou seus próprios interesses, trabalhou informando o leitor das ações governamentais, enaltecendo os militares, informando das obras que eram realizadas no país, e justificando toda a ação repressiva do regime, inclusive colocando a necessidade do Ato Institucional Nº 5.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974): a participação da iniciativa privada no esforço de legitimação. Estudo de inserções publicitárias na mídia impressa*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURKE, Peter (Org). *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DREIFUSS, René Armand. *1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo. *“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”*: Publicidade, Cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: HUCITEC, 1998.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares*. São Carlos: UFSCar, 1998. 215p. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 1998.

GONÇALVES, José Esmeraldo. Barros, J. A. *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o governo Médici*. 1999. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História e Reflexões)

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ws., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

SILVEIRA, Caren Santos da. *Aspectos da organicidade entre formas discursivas de oposição veiculadas na revista Veja nos anos 80*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.